

Consenso de Washington no Brasil: Desestatização, Superexploração e uma relação de Dependência Econômica

*Washington Consensus in Brazil: Privatisation,
Superexploitation and a Relationship of Economic
Dependence*

*Consenso de Washington en Brasil: Desestatización,
Sobreexplotación y una relación de Dependencia
Económica*

Ana Letícia Pires Bastos¹
Karla Cristine Azevedo Inacio²
Luiz Felipe de Lucas Elizado³

Recebido em: 17 de março de 2024

Aceito em: 30 de agosto de 2024

Resumo

O artigo aborda o impacto das políticas neoliberais alinhadas ao Consenso de Washington, na estrutura social brasileira durante a década de 1990, para enfrentar a crise.

Nesse sentido, foi implementado políticas de abertura econômica, privatizações e redução dos gastos públicos, além da fragilidade de direitos trabalhistas e um aumento da dependência externa da economia brasileira à economia norte-americana, especificamente ao dólar. Para essa análise, são utilizados pressupostos da Teoria Marxista da

Dependência, como a superexploração da classe trabalhadora e o subimperialismo. Nesse sentido, o artigo foca compreender em que medida as decisões tomadas pelos governos, principalmente, no Governo Collor e Governo FHC, levaram a uma fragilidade dos direitos trabalhistas e um aumento da dependência externa.

Palavras-chave: Políticas Neoliberais; Consenso de Washington; Superexploração; Dependência.

Abstract

The article discusses the impact of neoliberal policies aligned with the Washington Consensus on

1. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

2. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

3. Graduando do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Brazil's social structure during the 1990s in order to deal with the crisis.

In this sense, policies of economic openness, privatization and a reduction in public spending were implemented, in addition to the weakening of labor rights and an increase in the external dependence of the Brazilian economy on the US economy, specifically the dollar. This analysis uses assumptions from the Marxist Theory of Dependency, such as the super-exploitation of the working class and sub-imperialism. In this sense, the article focuses on understanding the extent to which the decisions taken by the governments, especially the Collor and FHC administrations, led to a weakening of labor rights and an increase in external dependence.

Keywords: Policies Neoliberals; Washington Consensus; Overexploitation; Dependence.

Resumen

El artículo analiza el impacto de las políticas neoliberales alineadas con el Consenso de Washington

en la estructura social de Brasil durante la década de 1990 para hacer frente a la crisis.

En este sentido, se implementaron políticas de apertura económica, privatizaciones y reducción del gasto público, además del debilitamiento de los derechos laborales y el aumento de la dependencia externa de la economía brasileña de la economía estadounidense, concretamente del dólar. Este análisis utiliza premisas de la Teoría Marxista de la Dependencia, como la superexplotación de la clase trabajadora y el subimperialismo. En este sentido, el artículo se centra en comprender en qué medida las decisiones tomadas por los gobiernos, especialmente los de Collor y FHC, llevaron a un debilitamiento de los derechos laborales y a un aumento de la dependencia externa.

Palabras clave: Políticas Neoliberales; Consenso de Washington; Sobreexplotación; Dependencia.

1. INTRODUÇÃO

O final da década de 1980 e início dos anos 1990 foram marcados pelo desenvolvimento das diretrizes do Consenso de Washington, e suas aplicações nas políticas públicas de países africanos, alguns asiáticos e latino-americanos, especificamente no Brasil. Para explicar as implicações destas políticas econômicas neoliberais, utiliza-se de aspectos analíticos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), enfatizando a superexploração da classe trabalhadora, a dependência e o subimperialismo. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo explorar em que medida as decisões tomadas pelos governos, principalmente, no Governo Collor e Governo FHC, levaram a uma fragilidade dos direitos trabalhistas e um aumento da dependência externa.

Nesse sentido, os argumentos buscam explicar que essas políticas foram adotadas com o objetivo de tentar estabilizar a crise econômica, por meio da promoção da abertura da economia, da implementação de iniciativas de privatizações, em virtude da redução dos gastos públicos, e da aplicação de medidas para tentar controlar a inflação. No entanto, esta escolha implicou em efeitos adversos

no cenário social brasileiro, manifestando-se na demissão em massa de servidores públicos, em conjunto com estagnação dos preços salariais, e ainda com a utilização da superexploração se cristalizando numa concentração de renda e riqueza maior, gerando graves sequelas sociais oriundas dessa exploração da força de trabalho. Portanto, ocorreu o desgaste socioeconômico, ao amplificar os problemas sociais e aprofundar a miséria e a pobreza da população brasileira. Sendo assim, o artigo vai abordar os principais conceitos da TMD, assim como o processo histórico do Brasil no período de 1990-2002, além de analisar as perspectivas e os desafios da época sob a luz da teoria de Ruy Mauro Marini.

2. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E CONSENSO DE WASHINGTON: BASES CONCEITUAIS EM DEBATE NO BRASIL

Esta seção irá apresentar dois segmentos principais, no primeiro serão examinados os pontos principais da Teoria Marxista da Dependência, sendo essa uma teoria de destaque na América Latina. Desse modo, uma ênfase fundamental desta corrente teórica reside na análise da ação política e estratégia econômica da classe dominante perante a classe trabalhadora. Ela busca examinar as estruturas sociais internas nos países latino-americanos, destacando as relações de classe em conexão intrínseca com o agravamento das desigualdades e a superexploração dos trabalhadores, especialmente em relação aos centros imperialistas, criando uma relação de dependência entre centro e periferia.

O outro segmento a ser abordado, retrata o contexto histórico apresentado nas décadas de 1990 na América Latina, com a implementação de políticas neoliberais aconselhadas pelo Consenso de Washington, com ênfase nas aplicações políticas na economia brasileira durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para embasar a explicação e compreender os principais acontecimentos deste período foram utilizados como guia autores, como Paulo Nogueira Batista, Marcos Cordeiro Pires, Jobson Monteiro Souza, Carlos Eduardo Martins, dentre outros. Esses estudiosos apresentaram minuciosamente como foi fundamentada essa “Era Liberal” e seu desenvolvimento. Dessa forma, ao utilizar essas referências, foi elaborado um panorama abrangente sobre os eventos decorrentes

das políticas adotadas para mitigar a crise econômica, resultando em efeitos adversos no contexto social brasileiro.

2.1 *Pressupostos da Teoria Marxista*

O marxismo tem uma grande variedade de estudos desenvolvidos com vastas vertentes da teoria. Portanto, é necessário entender que todas essas obras produzidas a partir dessa lente teórica, partem de pontos importantes dos escritos de Karl Marx, que são: a filosofia social dialética e o materialismo histórico. Dessa maneira, a teoria marxista visa abordar questões que foram negadas por outras teorias de Relações Internacionais, a fim de recuperar as possibilidades analíticas, procurando assim, iluminar os processos de autoprodução social e as possibilidades que eles podem implicar. Sob esse viés, o principal ponto de coerência diante de todas as abordagens fornecidas pelo marxismo, é o caráter de fornecer uma interpretação crítica do capitalismo, que é entendido como um capitalismo produzido historicamente e mutável, além de ser umas das primeiras abordagens teóricas de Relações Internacionais a questionar o *status quo*, que permitiu um avanço nesse sentido (Rupert, 2013).

Por conseguinte, Marx vai abordar uma visão de vida social humana para constituir a compreensão dialética da história, já que para ele os humanos são seres históricos e podem ser simultaneamente, produtores e produtos desses processos. Nesse sentido, as interações individuais e as instituições que formam a estrutura da ação individual é o que Karl Marx vai entender como dialética. Nessa visão, a política ganha destaque como uma luta pelos processos de autoprodução social, desenvolvendo uma crítica da vida social capitalista. Sob esse aspecto, o materialismo histórico-dialético caracteriza-se por descobrir as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em uma sociedade através da história (Rupert, 2013). Sendo assim, tendo em vista esses pressupostos, foram elaboradas diversas teorias com base nessas concepções, exposto isso, o objetivo do artigo é abordar uma corrente da Teoria Marxista, a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

2.1.1 *Teoria Marxista da Dependência*

A Teoria da Dependência surgiu, na década de 1960, como resultado de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura so-

cioeconômica da América Latina, com a entrada do capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, sob o controle de multinacionais que passaram a ditar o ritmo do desenvolvimento industrial desses países, aprofundou a dependência destes em relação aos centros econômicos. Por conseguinte, um dos principais teóricos dessa corrente foi o brasileiro, Ruy Mauro Marini, partindo de algumas noções já discutidas por Raúl Prebisch e Celso Furtado, inserindo uma crítica marxista nestas. Em 1972 foi publicado uma das principais obras da teoria da dependência, o livro “Dialética da Dependência”, que lança as bases para uma interpretação marxista da formação dependente latino americana e como este processo constitui uma maneira específica de reprodução do capitalismo, que exacerba e modifica as relações de produção nas nações dependentes para assegurar a reprodução ampliada da dependência, assim, nos termos de Marini em “Dialética da Dependência” ele afirma que: “A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”. Nesse sentido, Marini está argumentando que, para romper com o ciclo de dependência, é necessário mudar radicalmente as bases econômicas e as relações de produção dos países que se encontram nessa posição. Sem essa mudança estrutural, a dependência apenas se perpetua e se intensifica. Essas ideias formaram a teoria marxista da dependência (TMD) (Marini, 2017).

Desse modo, um dos principais pontos dessa corrente teórica é o seu destaque para a ação política e a estratégia da classe trabalhadora, na medida em que entende que os problemas do subdesenvolvimento latino-americano não se deve a nenhuma falta de desenvolvimento, ou seja, subdesenvolvimento não é uma etapa que leva ao desenvolvimento, mas é a forma particular de manifestação das relações capitalistas nos países dependentes. Essa tese confrontava as teorias que marcaram o desenvolvimento latino-americano, sobretudo o estruturalismo da CEPAL, criticado por considerar que alterações de ordem econômicas seriam capazes de possibilitar a passagem do subdesenvolvimento para a condição de desenvolvimento dos grandes centros mundiais. Por conseguinte, a situação de dependência conduz a um cenário global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes, voltando-se para os aspectos de ordem sociais e políticos que definiram ou foram definidos pelo processo de industrialização

nessas regiões. Essa relação perpassa não apenas as de exploração entre os países, mas é fundamentalmente explicada pela associação desta realidade com a estrutura de poder interna nessas sociedades. Deste modo, o desafio para a superação da dependência e do subdesenvolvimento passa necessariamente pela luta para suprimir o próprio capitalismo, que condiciona os países à dependência e ao subdesenvolvimento (Marini, 2017).

A partir dessa visão, a TMD buscou analisar as estruturas sociais internas presentes nos países latino-americanos e as relações de classe com os centros imperialistas como fatores intrinsecamente relacionados ao aprofundamento das desigualdades e à superexploração dos trabalhadores. Assim, para a referida teoria, a superexploração da força de trabalho possui um caráter central como característica específica das economias periféricas e constitui uma resposta do capitalismo dependente às diferentes formas de transferência de valor para as economias centrais. É a partir disso que se pode entender a deterioração do termos de troca, que se trata de uma transferência de valor onde parte do mais-valor produzido aqui fará parte da dinâmica de acumulação de capital nos países centrais (Marini, 2017).

Com base nesses fundamentos, Marini desenvolveu uma compreensão detalhada de como o sistema capitalista de produção se localiza em regiões periféricas. Para ele, a superexploração da força de trabalho, a dependência e o subimperialismo são conceitos fundamentais. Ele argumenta, que existe uma conexão entre a dinâmica global do sistema capitalista e uma relação complexa entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Isso implica que o avanço rápido de certas economias ocorre em detrimento do atraso de outras. O processo de acumulação, crucial no capitalismo, estabelece uma interdependência baseada na divisão internacional do trabalho. Assim, quando um país se torna dependente, a tendência é que sua dependência aumente, pois a acumulação de capital muitas vezes se dá pela transferência de valor dos países periféricos para os dependentes (Marini, 2017).

A TMD considera a superexploração da força de trabalho como um conceito central, oferecendo uma visão mais precisa da situação histórica da América Latina dentro do contexto global de reprodução do capital. Isso se torna evidente na relação entre a deterioração dos termos de troca e o ciclo contínuo de endividamento. Os déficits na balança de pagamentos eram constantemente resolvi-

dos por meio de novos empréstimos externos, resultando na transferência de valor das economias periféricas para as centrais. Essa dinâmica impede que os capitalistas das economias dependentes capturem o valor agregado nos seus processos produtivos. Como resultado, há uma intensificação da exploração da força de trabalho nas economias subordinadas, já que os capitalistas desses países buscam compensar as perdas de lucro decorrentes das trocas desiguais no mercado internacional (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Neste sentido, esse foi o processo pelo qual a América Latina se inseriu no comércio internacional, tal dinâmica ao promover o aprofundamento da divisão do trabalho, solidificou a especialização dos países centrais como produtores de manufaturas e os países em desenvolvimento como fontes provedoras de bens primários. Nessa abordagem, destacam-se três principais mecanismos de superexploração: aumento da intensidade do trabalho, extensão da jornada de trabalho e a apropriação de parte do trabalho necessário para que o trabalhador possa reproduzir sua própria força de trabalho. Dessa maneira, não se busca estabelecer um desenvolvimento da capacidade produtiva nas economias dependentes, mas sim um modelo baseado na intensificação da exploração do trabalhador. Isso resulta em um baixo avanço das forças produtivas na América Latina e na limitação das atividades econômicas desses países (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Ao analisar os três mecanismos de superexploração da força de trabalho, observa-se que nos dois primeiros há um uso maior da força de trabalho do que o normal, levando ao desgaste precoce dos trabalhadores. No terceiro mecanismo, impede-se o acesso do trabalhador ao essencial para manter sua capacidade de trabalho. Isso resulta em uma disparidade entre os trabalhadores das economias centrais e periféricas. Os trabalhadores periféricos enfrentam uma constante redução de seus salários, impedindo que se tornem consumidores em seus próprios países. Por outro lado, os trabalhadores das economias centrais são considerados consumidores, impactando assim o mercado interno de seus países. Ao analisarmos a dependência da América Latina em relação aos países desenvolvidos, observa-se que essa subordinação leva à reestruturação de seu processo produtivo para atender às demandas do mercado internacional. Isso implica na criação de mecanismos para conter as perdas decorrentes das relações desiguais e da transferência de valor para as economias desenvolvidas, em que elas incentivam es-

sas disparidades para expandir seu mercado interno e reforçar sua supremacia. É importante ressaltar que pagar aos trabalhadores menos do que o valor real de sua força de trabalho nas economias subordinadas resulta em um agravamento da desigualdade de renda e riqueza, isso amplifica os problemas sociais, aprofundando a miséria e a pobreza (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Além disso, o subimperialismo, é um dos principais conceitos da teoria de Marini, que introduziu o termo para descrever um estágio avançado do capitalismo dependente. Isso ocorre quando países periféricos, se integram ao sistema produtivo imperialista, alinhando-se com potências como os EUA. Essa conexão fortalece a expansão industrial local, mas também cria uma dependência em relação aos centros imperialistas, estabelecendo hierarquias na divisão global do trabalho na América Latina. Essa dinâmica gera tensões entre interesses nacionais e estrangeiros, destacando os desafios enfrentados pelas economias periféricas para equilibrar seu desenvolvimento industrial e sua autonomia dentro de um sistema internacional desigual. Essa representação é uma fase avançada do capitalismo dependente, onde a dinâmica das trocas no mercado internacional leva países que ainda estão em posição de dependência a se apropriarem do valor de outras nações também dependentes. Nesse sentido, é pertinente analisar como essa fase avançada das relações dependentes se manifestou globalmente. O Brasil, África do Sul, Índia e Israel surgem, ao longo das décadas após a formulação da TMD, como exemplos reais dessa dinâmica de apropriação de valor entre economias dependentes. Esses países assumem regionalmente papéis visíveis de poder e articulação de interesses com as demais nações ao seu redor (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Em suma, a Teoria Marxista da Dependência foca na análise do desenvolvimento capitalista na periferia, especialmente na América Latina. Ele usa a teoria marxista do valor para entender as contradições do sistema capitalista nessa região e propõe soluções para seus desafios, destacando a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor através do intercâmbio desigual e a divisão no ciclo do capital como elementos principais na estrutura das relações econômicas, sociais e políticas dos países latino-americanos. Ele acredita que a superação dos problemas da dependência só pode ocorrer com a eliminação do sistema capitalista, destacando a necessidade de uma política revolucionária (Marini, 2017).

2.2 O surgimento do Consenso de Washington e sua implementação na América Latina

No final da década de 1980, os países da América Latina viram-se incapazes de soluções eficazes para lidar com seus desequilíbrios econômicos. Diante de uma dívida externa insustentável e de um processo inflacionário fora de controle, os governos enfrentaram uma crescente instabilidade política, social e econômica. Diante desse contexto, começou a ser formulado, em novembro de 1989, em um encontro informal entre economistas e funcionários de governos latino-americanos, norte-americanos e de organizações financeiras internacionais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Consenso de Washington que foi definido e proposto por John Williamson, economista e pesquisador, do *Institute for International Economics*. Dessa forma, houve a tentativa de trazer estabilização e reforma econômica dos países periféricos, a partir de um controle inflacionário e um crescimento sustentado. Todavia, a iniciação deste projeto levou a uma crise que tem consequências até o momento atual (Batista, 2009).

O Consenso foi elaborado em dez critérios principais de alinhamento para a reforma econômica, constituída por políticas de disciplina fiscal e redução dos gastos públicos, em que buscavam priorizar e limitar os gastos a serviços públicos fundamentais, como saúde, segurança e educação, eliminando déficits públicos. Assim como uma reforma tributária em busca de uma ampliação de base tributária e redução nos impostos diretos, além da liberalização econômica, trazendo um estímulo para financiamentos estrangeiros, e abertura do mercado nacional para empresas internacionais atuarem. Ademais, tinham como ideia a anulação de barreiras de investimento estrangeiro direto, a desestatização de todos os serviços e empresas possíveis e a desregulamentação do controle de processos econômicos e trabalhistas, dentre outros critérios empregados em políticas neoliberais (Negrão, 2004).

Para alguns estudiosos, as políticas neoliberais do Consenso de Washington foram aplicadas em duas fases: uma de acumulação financeira e outra de acumulação produtiva. A primeira foi desenvolvida para uma tentativa de criação de reserva internacional, atraindo capital estrangeiro com alta taxa de juros, entretanto, apenas causou o aumento dos títulos das dívidas públicas pelo setor

privado. A segunda fase, acumulação produtiva, a única maneira que difere-se da primeira fase, é que esteve focada nas taxas de lucro, não de juros, também em uma atração de mercado estrangeiro no país. Dessa forma, diminuindo os preços nacionais, como a outra fase, esta também acabou gerando a crise do câmbio fixo, a partir da sua desvalorização, produzindo o financiamento da dívida pelo dólar (Martins, 2005).

Entretanto, para se compreender o motivo da idealização do consenso precisa-se entender seus precedentes, como o momento de crise econômica na década de 1970 que assolavam os países latino-americanos, em decorrência de políticas econômicas implementadas em governos ditatoriais militares, como ocorreram no Chile, Brasil, Argentina, dentre outros, que causou o aumento da dependência comercial, elevando o endividamento externo. Ademais, outro fator que aprofundou a crise na América Latina foi a tentativa de estruturação de uma ordem internacional monetária e financeira, devido à crise que foi ocorrendo em todo globo desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), destruindo países do planisfério norte e estagnando as economias dos Estados, na época, considerados “Terceiro Mundo”. Sendo assim, os países em desenvolvimento ficaram à margem dessa nova estruturação que começou a ser fomentada a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), possuindo características assentadas em instituições e políticas de bem-estar social patrocinadas pelas superpotências, como os Estados Unidos (Mendonça; Pires, 2012).

Nesse sentido, o sistema internacional passava por um período conhecido como Guerra Fria, em que se divergiam em questões políticas e econômicas, de um lado os Estados Unidos, um regime democrático e capitalista, enquanto de outro lado, a União Soviética com um regime socialistas. Além do mais, a década de 1970 também ficou marcada por dois choques do Petróleo que afetaram as economias do mundo todo, o primeiro em 1973 e, por conseguinte, a segunda crise em 1979. No entanto, apenas o segundo choque foi sentido por todo o globo, trazendo reflexos até os dias atuais, tendo ocorrido devido às consequências da Revolução Iraniana⁴ (Mendonça; Pires, 2012).

4. A Revolução Iraniana é caracterizada pelas revoltas contra a liderança de Ayatollah Khomeini, este que foi a autoridade religiosa e política na Revolução Iraniana, fez com que os países integrantes da OPEP zerassem a extração de petróleo no Irã, desse modo, o preço do barril de petróleo teve um aumento drástico. (Mendonça; Pires, 2012)

Alguns intelectuais afirmam que a inserção das políticas neoliberais em países latino-americanos se iniciou com experiências localizadas, nos anos 1980, no Chile, na Argentina e no Uruguai, se expandindo para o restante da região ao longo dos anos. Essas iniciativas foram consideradas concluídas com a tomada de poder das autoridades presidenciais como, Fernando Collor de Mello no Brasil, Carlos Salinas de Gortari no México e Carlos Andrés Pérez na Venezuela, dentre outros representantes eleitos na região. O autor, Armando Luiz Cervo, em seu livro *Relações Internacionais da América Latina*, caracteriza o continente latino-americano como uma região que tenta a sua integração entre norte e sul, principalmente o Brasil. Por isso, muitas das vezes o país busca implementar em suas políticas nacionais medidas exemplificadas ou aconselhadas pelas potências globais, devido ao nível de desigualdade entre as nações dos dois hemisférios. Desse modo os países da América Latina não poderiam excluir medidas adotadas pelas potências ocidentais, principalmente elaboradas e exercidas pelos Estados Unidos, destacando esses desajustes interferiram diretamente nos interesses comerciais do país latino-americano (Cervo, 2013). Entretanto, esta política econômica neoliberal adotada pelos países, a partir de 1992, começa a gerar déficits comerciais, eclodindo as crises na América Latina.

Em vista disso, o Brasil como outros países da América Latina estava percorrendo um momento de crise, com um endividamento externo nos períodos de ditaduras militares, além de um agravamento com os choques de Petróleo. Desse modo, começou uma busca para tentar reverter a situação se transformando em um receptor de superávits, acreditando que com isso mais recursos de liquidez iriam retornar ao Estado. Entretanto, essa possível solução gerou recessão do ciclo econômico, pois causou uma instabilidade inflacionária, tendo que enviar superávits comerciais ao exterior, além da tentativa de implementar o Modelo de Substituição de Importação (MSI) (Gremaud; Vasconcellos; Toneto, 1999).

Outrossim, o Brasil e os demais países da América Latina ainda acreditavam que a ordem econômica internacional submetia segurança, a partir da estabilidade do dólar e das taxas de juros. Sendo assim, destaca-se que em 1991 se inicia um novo processo de endividamento, com a inserção do Brasil no Sistema Internacional a partir de uma abertura financeira no governo de José Sarney (1985-1990), se aprofundando no governo de Fernando Collor de

Mello (1990-1992), com um processo de liberalização cambial. No início do governo de José Sarney, em 1986, foi implementado um projeto político-econômico conhecido como Plano Cruzado, para combater a inflação, porém fracassou no mesmo ano (Gremaud;-Vasconcellos; Toneto, 1999; Batista, 2009).

Com este fracasso, as políticas neoliberais foram se desenvolvendo profundamente a partir do governo Collor, com a construção de um novo modelo econômico, inaugurando o que alguns intelectuais chamam de “Era Liberal” no Brasil, além de uma reconfiguração da classe dominante com grupos econômicos nacionais favorecidos no âmbito financeiro e produtivo. Com a posse presidencial de Collor, em 16 de março de 1990, ele deixou claro em seu discurso de posse que produziria a adesão das políticas neoliberais consolidadas no Consenso de Washington, além do desejo de alinhamento com os Estados Unidos, em negociar bilateralmente a reforma administrativa e econômica. Dessa maneira, baseado nos conselhos do Banco Mundial, prosseguiu com um plano de liberalização do mercado brasileiro (Souza, 2012; Almeida, 2010; Batista, 2009).

Nesta perspectiva, é anunciado o Plano Collor, em que buscava implementar iniciativas de privatizações, em virtude da redução dos gastos públicos e medidas para tentar controlar a inflação. Este plano buscava implementar as ideias neoliberais a partir de desestatização, abertura econômica, diminuição de gastos públicos com demissão de servidores públicos, e uma estagnação dos preços salariais, dentre outras políticas, aplicando assim, um modelo heterodoxo de ajuste econômico. Entretanto, tais medidas não se mostraram tão eficazes para o plano político-econômico brasileiro, se distanciando do Consenso de Washington. Porém, neste momento já não era possível retornar às políticas anteriores, então os governos seguintes continuaram na mesma direção de implementação de políticas baseadas no consenso (Belo, 2013; Batista, 2009).

Primeiramente, o Plano Collor possuiu o apoio dos blocos Político-econômicos de poder, principalmente os grandes empresários exportadores. Este plano conteve políticas de uma radical contenção da liquidez por meio de embargo a todas as atividades superiores a 50 mil cruzados novos, moeda da época, depositados na poupança, além de um ajuste fiscal com objetivo de reverter o déficit em 2% de superávit. Este ajuste aconteceria a partir de cortes de despesas, ou seja, congelamento de preços de salários e demissões, além da privatização de empresas estatais por meio do

Programa Nacional de Desestatização (PND). Portanto, este plano estava em busca de uma reestruturação econômica, com uma reorientação do desenvolvimento brasileiro e ofensiva aos direitos sociais e trabalhistas, a partir de abertura comercial e financeira (Novaes *et al.*, 2023; Souza, 2012).

Desse modo, as reformas econômicas previstas, estavam causando muitos problemas, principalmente, pelo tipo de acumulação e legislação econômica, pois não havia melhorias trabalhistas, as economias se encontravam limitadas e o Produto Interno Bruto (PIB) em queda. Como consequência, seu governo começou a decair, por não apresentar o resultado almejado e atender as necessidades da burguesia. A tabela a seguir ilustra a relação entre as privatizações realizadas nesse período e a evolução da dívida externa, evidenciando como essas políticas estavam interligadas e como contribuíram para a fragilização da economia nacional. A análise dos dados apresentados permitirá uma compreensão mais clara dos efeitos das medidas neoliberais sobre a estrutura econômica e social do Brasil.

Tabela 1 - Dívida externa, Desemprego e Privatizações de 1992 - 1998 (%)

Ano	Dívida externa	Desemprego	Privatizações
1992	22,6	7,2	8,4
1994	24,6	5,1	5,75
1996	30	7,6	16,25
1998	40,3	9,7	93,75

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES E IPEA

Dessa maneira, de acordo com a tabela acima destaca-se que as privatizações não apenas resultaram em uma transferência de ativos estatais para o setor privado, mas também foram acompanhadas por um aumento significativo no desemprego. Assim, após o fracasso do primeiro plano, o governo foi em busca de outras medidas anunciando o Plano Collor II, em fevereiro de 1991, desta vez a execução do novo plano seria de cunho ortodoxo, e as políticas de ajuste relacionadas, de forma nítida, com as receitas enviadas pelo Consenso de Washington. Nesta perspectiva, tomaram medidas para a extinção das operações *overnights* e a criação do Fundo de Aplicação Financeira (FAF), em que a partir deste fundo os bancos

eram obrigados a direcionar dinheiro investido pelos cidadãos aos títulos públicos, como os títulos estaduais, Título de Desenvolvimento Econômico (TDE) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDSs). Desse mesmo modo, houve a criação da Taxa Referencial (TR), ou seja, o BNTs que era responsável pelo pagamento nos títulos públicos. Com isso, a TR fazia os pagamentos nos títulos públicos a partir das infrações futuras. No entanto, como o plano anterior, este também foi ineficaz, fazendo com que ambos conseguissem prejudicar ainda mais a situação econômica brasileira, com o Plano Collor II, a inflação acumulou a 400%, o desemprego aumentou ainda mais, em conjunto com a diminuição do PIB de acordo com os dados da primeira tabela (Belo, 2013; Souza, 2012).

Nessa perspectiva, vieram as consequências políticas após dois anos de governo Collor, estes fracassos, em conjunto com acusações de esquemas de corrupção, levaram ao processo de *impeachment*. Desta forma, Itamar Franco, seu vice-presidente, foi quem assumiu o posto de Presidente da República. Em seu governo, ele buscou implementar de fato essas políticas econômicas neoliberais que ocorreram no governo do Fernando Henrique Cardoso (Carinhato, 2008). Com o Governo Collor foram desenvolvidas políticas que desregulamentaram a economia e as ordens trabalhistas, já no Governo Itamar Franco, as primeiras diretrizes políticas para a estabilidade econômica são de fatos implementadas, alterando a legislação trabalhistas e aumentando a recessão. Pois, para a implementação das práticas neoliberais era necessário desregulamentar as legislações trabalhistas, para que a economia se tornasse eficiente e competitiva (Novaes *et al.*, 2023). Além disso, o presidente alterou o comando do Ministério da Fazenda, por Fernando Henrique Cardoso, que aumentou a esperança de uma estabilização econômica para se livrar da crise. Iniciando-se então um processo de um novo planejamento econômico, o Plano Real (Souza, 2012).

O Plano Real foi desenvolvido em três fases, a primeira fase contou com o ajuste fiscal, no qual Fernando Henrique Cardoso anunciou o Programa de Ação Imediata, com viés de uma reorganização do planejamento e orçamento público, havendo a criação de uma nova proposta orçamentária e corte de gastos em todos os ministérios. A segunda fase foi delimitada pela criação da Unidade Referencial de Valor (URV), e com isso, a criação de uma nova moeda, porém uma moeda-índice, que era ajustada conforme o valor do dólar. Por último, a terceira fase, que foi a chamada “âncora

cambial”, ou seja, a nova moeda ficou “ancorada” a uma moeda que tinha poder aquisitivo e que variasse pouco ao longo do ano. Isto foi possível, pois contavam com as reservas internacionais, que poderiam ser gastas em uma emergência. Posto isso, o Plano Real obteve sucesso em conseguir recuar e inflação de 40% mensais em junho de 1994, para 1% e 2% nos outros meses, além de assegurar um ritmo no crescimento econômico (Souza, 2012).

Sendo assim, com a participação de Fernando Henrique Cardoso no Plano Real, ele foi facilmente eleito em 1994. Conforme Mendonça e Pires (2012), ambos os governos, de Collor e FHC, buscaram a privatização e diminuição de leis trabalhistas:

Os discursos de posse de Collor e Fernando Henrique apresentaram um traço em comum: ambos intentavam sepultar a chamada “Era Vargas”. Para tanto, deveriam liquidar seus mais importantes legados, ou seja, a industrialização local, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as empresas públicas. Para fazer frente às imposições externas, ambos estavam comprometidos em abrir a economia brasileira aos fluxos de mercadorias e capitais internacionais (Mendonça;Pires, 2012, p. 388).

Nesta perspectiva, deu-se prosseguimento ao projeto que visava a estabilização monetária e o fim da hiperinflação, entretanto, é importante enfatizar que este plano como todos os outros, seguiu muitas das normas redigidas pelos Consenso de Washington, como o combate a hiperinflação através da dolarização da economia e valorização da moeda nacional. Além do mais, destaca-se que a reforma do Estado foi em busca de uma estabilização apenas econômica e não social, então ainda foi composto pelas privatizações, nas revisões orçamentárias e administrativas dos órgãos públicos, gerando a liberalização comercial e financeira, para o crescimento apenas econômico (Carinhato, 2008).

À vista disso, o plano acabou fragilizando as relações de trabalho devido a inexistência de qualquer política pública de ordem econômica e previdenciária, que buscasse a flexibilização do desemprego. Na realidade, o governo desenvolveu medidas que prejudicaram os direitos trabalhistas, e irrelevância em outras medidas de regulação de trabalho, podendo assim observar, de acordo a tabela 1, que de 1994 a 1996 o desemprego aumentou 2,6% chegando a 9,7% em 1998. Dessa maneira, pode ser citado como algumas dessas medidas a Lei n.º 8.949, de 1994, que defende a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus empregados.

Ademais, outro exemplo pode ser demonstrado no quesito remuneração, em que como todos os planos FHC continuou com a mesma diretriz, em que cedeu ao empregado negociar o salário e seu possível aumento, a partir do MP n.º 1.053, de 1995, que estabelecia a desindexação salarial. Desse modo, não só as políticas implementadas por FHC, como também todos os governos anteriores que adotaram as políticas neoliberais do consenso, não houve nenhuma reorganização socioeconômica (Novaes *et al.*, 2023).

3. TENSÕES NEOLIBERAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

No Brasil, a aplicação do Consenso de Washington na década de 1990 foi vista por muitos críticos da teoria da dependência como um aprofundamento dessa dependência estrutural. A abertura indiscriminada dos mercados, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação financeira foram medidas que, segundo a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, fortaleceram a subordinação do país aos interesses das potências globais e ampliaram a vulnerabilidade econômica e social. Dessa maneira, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas levaram a uma precarização das condições de trabalho. Os dados da tabela 1 indicam que, entre 1992 e 1998, a taxa de desemprego cresceu consideravelmente, refletindo a instabilidade gerada por essas políticas. Além disso, a superexploração da força de trabalho, caracterizada pela redução de salários e pela falta de proteção social, exacerbou as desigualdades existentes. A informalidade no mercado de trabalho aumentou, deixando muitos trabalhadores sem acesso a direitos básicos. Essa situação não apenas aprofundou a pobreza e a miséria, mas também gerou um ambiente de insegurança social que reverberou em diversas camadas da sociedade brasileira (Batista, 2009).

Dessa maneira, a crise econômica gerada pelas políticas neoliberais do Consenso de Washington no Brasil, foi um momento marcado por instabilidade, flexibilização das leis trabalhistas e privatização. Como observado, durante o governo de Collor houve dois planos, que possuíram o apoio, principalmente, de grandes exportadores. O plano Collor contava com políticas radicais de ajuste fiscal com o objetivo de reverter a situação econômica, a partir de

congelamentos de salários e demissões, em conjunto a desestatização. Entretanto, pela sua incapacidade de reverter a situação econômica, foi elaborado o Plano Collor II, que aplicou políticas para a extinção das operações *overnights* e a criação do Fundo de Aplicação Financeira (FAF), em que os bancos privados eram obrigados a direcionar dinheiro investido pelos cidadãos aos títulos públicos. Tal gestão foi marcada por um alinhamento com a agenda neoliberal reforçando as relações de dependência entre o desenvolvido, e o subdesenvolvido, demonstradas por Ruy Marini. Nesse sentido, os resultados práticos da implementação desta estratégia no Brasil, desde os anos 1990, são evidências dos efeitos que o neoliberalismo produz para economias dependentes. As privatizações acentuam os problemas estruturais de diferença de produtividades médias entre os capitais que atuam na região e os estrangeiros, ao mesmo tempo em que aprofunda as crises sociais (Souza, 2012).

Nesse sentido, assim como colocado por Martins, essas políticas foram aplicadas em duas fases, que o autor descreve como uma acumulação financeira e outra produtiva, com isso nota-se um quadro de desequilíbrio externo, o crescimento da dívida pública e o aumento da propensão a importar dos países da região. Sob esse aspecto, a acumulação financeira foi desenvolvida para uma tentativa de criar uma reserva internacional ao atrair capital estrangeiro com taxas de juros elevadas. No entanto, isso resultou apenas no aumento dos títulos da dívida pública pelo setor privado, gerando um déficit comercial crescente. Como consequência, foi necessário atrair capital especulativo de curto prazo para mitigar os impactos no comércio, o que exigiu manter altas taxas de juros internamente. Isso levou o Brasil a depender do capital financeiro, isso significava lidar com uma dívida pública em rápida expansão, como expressado na tabela 1, a qual se observa o aumento da dívida externa. Neste sentido, o Brasil se insere no mercado mundial de maneira subordinada ou em função das necessidades de acumulação dos países centrais, opera-se uma cisão do próprio ciclo do capital nas economias dependentes, no qual afirma Marini (2017) no seguinte trecho:

[...] a produção latino americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização [...] cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (Marini, 2017, p.13).

Como observado, a dependência do Brasil em relação a empréstimos e financiamentos externos foi um fator significativo. Muitas vezes, esses empréstimos estavam atrelados a condições desfavoráveis que beneficiavam mais os credores do que o país mutuário, acentuando sua dependência econômica. Além disso, a legislação trabalhista conquistada na década de 1930, e a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, começaram a perder sua aplicabilidade com as novas medidas trabalhistas implementadas ou retiradas no governo Collor e de FHC, o que fragilizou a relação de trabalho. Dessa maneira, a perspectiva de superexploração da força de trabalho desenvolvida pela TMD, foi aprofundada com a precarização e as desigualdades em relação às perdas da sua aplicabilidade, marcando um período de retrocesso da classe trabalhadora, devido ao modelo de acumulação e legislação econômica, implementados. Em relação à remuneração, a administração de FHC manteve a abordagem iniciada pelos governos Collor e Itamar Franco, que buscava progressivamente diminuir a intervenção do Estado, transferindo a negociação salarial para ser conduzida entre empregador e empregado, essas relações são destacadas em três aspectos da superexploração da força de trabalho de acordo com Marini (Novaes *et al.*, 2023).

Assim, não havendo nenhuma melhoria trabalhista, grande parte dos trabalhadores foi levada à informalidade, e outros empregados no regime formal tiveram enorme carência de proteção social. É importante ressaltar, de acordo com a teoria, que pagar aos trabalhadores menos do que o valor real de sua força de trabalho nas economias subordinadas resulta em um agravamento da desigualdade de renda e riqueza, isso amplifica os problemas sociais, aprofundando a miséria e a pobreza. Esses impactos sociais incidem não só na classe trabalhadora, como também em relação às mulheres e marginalizados, desencadeiam uma série de impactos socioeconômicos que reverberam por toda a estrutura da sociedade. Dessa maneira, em 1992 FHC criou uma série de medidas que prejudicou os direitos de proteção do trabalho, até então conquistados, esse argumento é notado nos anos de seu governo na tabela 1, em que houve um aumento da taxa de desemprego nesse processo. Ao promover a intensificação do trabalho e ampliar a jornada de trabalho, cria-se um ambiente propício à expropriação de parte do valor gerado pelo trabalhador, contribuindo assim para o aumento da concentração de renda e riqueza. Isto estava ligado às diretrizes

neoliberais do sistema capitalista, não só acentuando as disparidades socioeconômicas, como também servindo como descobertas para aprofundar o projeto (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Para além disso, o Brasil também enfatizou a segurança na ordem econômica internacional, regida pela estabilidade do dólar e das taxas de juros, dessa maneira, as normas do Consenso de Washington traziam um contexto de combater a hiperinflação através da dolarização da economia e valorização da moeda nacional. Posto isso, no Plano Real, como já destacado, traz a criação da Unidade Referencial de Valor (URV), ou seja, com a moeda utilizada no Brasil extremamente desvalorizada, foi criada uma nova moeda, especificamente uma moeda-índice. No entanto, isto só foi possível devido a utilização das reservas internacionais que estavam localizadas nos Estados Unidos, tornando-se dependente da construção da interdependência do Brasil com a economia norte-americana (Souza, 2012). Nesta lógica, enxerga-se as tendências de dependência destacado pela TMD, em que seria formas de subordinações cristalizado na relação centro-periferia, levando países em condição de submissão em se apropriar do valor de outros países, ou seja, criando uma situação de dependência econômica que conduz a uma situação global dos países dependentes os situando em atraso e sob a exploração da estrutura de poder pela hegemonia norte-americana.

Ademais, o conceito de subimperialismo, desenvolvido por Marini, delinea a fase avançada do capitalismo dependente, em que os países se inserem no sistema produtivo imperialista, adotando uma postura expansionista. Essa dinâmica é evidenciada através da aceleração da industrialização e da adoção de uma orientação geopolítica do Brasil voltada para a integração ao sistema imperialista, com ênfase na parceria, principalmente, com os Estados Unidos. Enquanto a integração reforça a expansão industrial nacional, ela simultaneamente dá origem a conflitos entre interesses locais e estrangeiros, forçando o governo brasileiro a explorar mercados externos para absorver sua produção excedente. Assim, as empresas brasileiras em outros países da América Latina foram criticadas por replicar os modelos de exploração e relações de trabalho semelhantes às que o Brasil enfrentava como país periférico. Esse subimperialismo culmina na estreita dependência do Brasil em relação aos centros imperialistas (Marini, 2017).

Nesse sentido, percebe-se o subimperialismo abordado no parágrafo acima como uma tentativa de reverter a situação de crise

econômica que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Nos anos 1980, tentam transformar o Brasil em um receptor de superávits, acreditando que com isso mais recursos de liquidez iriam retornar ao Estado. No entanto, esta alternativa potencial resultou apenas em recessão e desemprego, uma vez que provocou um aumento da instabilidade inflacionária. Isso obrigou o Brasil a enviar seus superávits comerciais para o exterior, além de tentar implementar o Modelo de Substituição de Importações (MSI), em uma investida de reduzir custos da industrialização (Gremaud; Vasconcellos; Toneto, 1999). Dessa forma, compreendemos que a dependência implica em economias orientadas para atender às demandas de outras economias, especialmente as potências globais, e o subimperialismo se caracteriza por ser uma economia dependente que não apenas transfere valor, mas também se apropria do valor das nações mais frágeis. Com base nisso, é demonstrado que o subimperialismo brasileiro contemporâneo desempenha um papel ativo no despojo da classe trabalhadora e dos povos, o que levanta questões em relação à categoria do subimperialismo (Marini, 2017).

Deve-se destacar que a execução destas políticas não provocou apenas mudanças na Divisão Internacional do Trabalho, mas também contribuiu para que o país ficasse submetido a diversos elementos de dependência. Isso inclui a supremacia das grandes corporações e a concentração econômica controlada pela indústria, especialmente em nível internacional, e também comprova o estabelecimento de um domínio monopolista no mercado, proporcionando o surgimento de uma camada gerencial dedicada à defesa dos interesses da capital de grande porte. A partir disso, entende-se que as bases e estruturas do capitalismo está fundamentadas em processos cíclicos de crise, pois, na concepção marxista, a severidade desses ciclos econômicos, são momentos em que a acumulação de riquezas da classe dominante é intensificada de maneira proporcional a exploração das classes subjacentes (Gilpin, 2002). Sendo assim, a partir das perspectivas apresentadas com a aplicação das políticas do Consenso de Washington no Brasil iniciou-se um processo de dependência que implicou em efeitos negativos no cenário social brasileiro, causando demissão de servidores públicos, em conjunto com estagnação dos preços salariais, e ainda com a utilização da superexploração se cristalizando numa concentração de renda e riqueza, agravando sequelas sociais oriundas da exploração da força de trabalho e do processo de subimperialismo.

4. CONCLUSÃO

O Brasil na década de 1990 foi marcado pela implementação das políticas neoliberais aconselhadas pelo Consenso de Washington. Tais implementações possuíram como objetivo trazer estabilização e ajustes econômicos à crise que ocorria desde os anos 1970 e 1980, marcados pelo alinhamento da América Latina com as políticas norte-americanas. Sob esse aspecto, o artigo está centrado no impacto da adesão dessas políticas advindas do Consenso de Washington, e sua ineficácia quando colocada em contraste a sua proposta, acabou por intensificar ainda mais a relação de dependência do Brasil. Mediante a isto, a Teoria Marxista da Dependência, possui maior enfoque nos aspectos da superexploração das forças de trabalho, o subimperialismo e a relação de dependência entre o Brasil como periferia e EUA como centro. Esses aspectos teóricos formam o cerne da análise deste artigo. Ademais, a submissão econômica da América Latina, frente a economia dos “Centros capitalistas” sendo um processo relativo a esta incessante busca por acumulação de capital, e a inserção do Brasil enquanto um país periférico e sua localização nesta estrutura de transferência de valor.

Sendo assim, é destacada a vulnerabilidade externa e interna nas condições trabalhistas no Brasil a partir da década de 90, como forma de evidenciar a intensidade latente da superexploração da força de trabalho, e na relação de dependência, presentes na gestão de Collor e no governo de FHC, onde ocorrem políticas que visavam reduzir a intervenção estatal, e com isso, sucederam um estreitamento das relações de trabalho, juntamente ao aumento da jornada do trabalho. Por conseguinte, o legado teórico de Ruy Mauro Marini e dos autores da teoria marxista da dependência tem um papel muito importante para a ação política e a estratégia da classe trabalhadora, na medida em que entende que os problemas do subdesenvolvimento latino americano não se devem a nenhuma falta de desenvolvimento, mas é a forma particular de manifestação das relações capitalistas nos países dependentes. Diante disso, essas políticas que foram adotadas para tentar estabilizar a crise econômica, por meio de uma série de decisões que agravaram a mesma, acabou por implicar em efeitos negativos no cenário social brasileiro, causando demissão de servidores públicos, em conjunto com a estagnação dos preços salariais, e ainda com a utilização da superexploração se cristalizando numa concentração de renda

e riqueza maior, intensificando graves sequelas sociais oriundas da exploração da força de trabalho. Deste modo, o desafio para a superação da dependência e do subdesenvolvimento passa necessariamente pela luta para suprimir o próprio capitalismo, que engendra estruturalmente o que nos condiciona à dependência e ao subdesenvolvimento.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, M. P. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: a privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BNDES. Receita anual das privatizações no Brasil. **Banco Nacional do Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico> . Acesso em: 18 de nov. 2023.

BATISTA, M.; CARNUT, L.; MENDES, A. El Consenso de Washington, vulnerabilidad externa y sobreexplotación del trabajo en América Latina: un análisis a la luz de la Teoría Marxista de la Dependencia. De Raíz Diversa. **Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos**, v. 8, n. 15, p. 73–109, 2022. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/deraizdiversa/article/view/79707> . Acesso em: 18 nov. 2023.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos**. In.: Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 115-161, 2009.

BELO, Werbeth Serejo. Por uma abertura da economia através das privatizações: a inserção de capital estrangeiro no Brasil no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **ANPUH**. Natal, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875808_be420ca3c38d3b1d24e-e9b7602de00d2.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século xx no Brasil. **AURORA**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1192>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2013.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 53-59.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 1999.

IPEA. Dívida externa bruta anual de 1950 até 2022. **Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367> . Acesso em: 18 de nov. 2023.

IPEA. Taxa de desemprego anual de 1992 até 2014. **Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=486696880> . Acesso em: 18 de nov. 2023.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Neoliberalismo e Desenvolvimento na América Latina**. In.: La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 139-167. 2005.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro (org.). **Formação econômica da América Latina**. São Paulo, SP: LCTE, cap. 19-20. 2012.

NEGRÃO, J. J. O. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 1, p. 103–112, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18809>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NOVAES, Marcos A. Barbosa de *et al.* Neoliberalismo no Brasil e os ataques aos direitos trabalhistas de 1990 a 2021. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 96–114, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/39616/32327>. Acesso em: 08 nov. 2023.

RUPERT, Mark. **Marxism and critical theory**. In: DUNNE, Tim et. Al. (eds.). *International relation theories: Discipline and diversity*. Oxford: OUP, 2007, p. 153 - 167.

SOUZA, Jobson Monteiro de (org). **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. p. 132-142. 2012.